

Parecer n. 03 /2017/CTCOB/CNRH/MMA

Assunto: Minuta de Resolução sobre a definição dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União inseridos em unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos.

1. Histórico

O assunto foi inicialmente apresentado à CTCOB durante a sua 91ª reunião, em novembro de 2015, por iniciativa dos Estados do Rio de Janeiro e Paraíba, acompanhado de moções ao CNRH do CERH/RJ (anexo 1), do CERH/PB, do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográfica e do Fórum Nacional de Órgãos Gestores. Foi reconhecido o mérito da matéria que continuou a ser discutida na 92ª (março de 2016), 95ª (março de 2017) e 96ª (maio de 2017) reuniões da CTCOB.

2. Síntese das Discussões Técnicas

- 2.1.** A Nota Técnica n.03/2015/DIGAT, de 06 de outubro de 2015 (anexo 2) identificou lacuna na implementação dos instrumentos previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos, em especial da cobrança pelo uso de recursos hídricos. Assim, propôs ao CNRH definir, como valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União em áreas circunscritas a unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, os mesmos mecanismos e valores definidos para a cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio estadual. Como não se justifica instalar CBHs Interestaduais nessas áreas, seria reconhecida a cobrança estadual aprovada nestas áreas. Em adição, nestes casos, a aplicação dos valores arrecadados seria realizada conforme previsão estabelecida no § 6º do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000.
- 2.2.** A minuta de Resolução anexa a Nota Técnica nº. 03/2015/DIGAT, como objetivo de definir os valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União em áreas circunscritas a unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, foi debatida nas reuniões da CTCOB supra mencionadas.
- 2.3.** Após os debates na CTCOB, a minuta de resolução foi ajustada conforme as posições e considerações dos membros da CTCOB, sendo aprovada por unanimidade durante a sua 96ª Reunião, em maio de 2017.

3. Encaminhamento

Reconhecida a necessidade de se corrigir a lacuna de regulamentação para a cobrança nas áreas mencionadas no documento anexo a esse parecer, a CTCOB encaminha a Minuta de Resolução à CTIL para análise e emissão de Parecer que possa subsidiar a deliberação do Plenário do CNRH sobre a definição de valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos de domínio da União, inseridos em unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos.

Este é o parecer,

Em, 14 de agosto de 2017.


LIVIA SOALHEIRO ROMANO
Presidente da CTCOB